



Proposta de Lei n.º 61/XIV/2.<sup>a</sup>  
(Orçamento do Estado para 2021)

Proposta de alteração

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, as Deputadas e o Deputado abaixo assinados apresentam a seguinte proposta de alteração à Proposta de Lei n.º 61/XIV/2.<sup>a</sup>:

«Mapa 1

MAPA DAS DESPESAS POR MISSÃO DE BASE ORGÂNICA, DESAGREGADAS POR PROGRAMAS DOS SUBSETORES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E DA SEGURANÇA SOCIAL

Programa / Ministério:

P-012- Cultura

Cultura: 1 993 000 000 €»

«Mapa 4

MAPA RELATIVO À CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA DAS DESPESAS DO SUBSETOR DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Designação orgânica:

11. CULTURA

1 993 000 000 €»

Objectivos:



O sector da cultura tem sido subfinanciado ao longo dos últimos anos, o que tem contribuído inequivocamente não só para a situações de precariedade no sector, mas principalmente para a existência de um modelo de apoio ao sector que se mostra incapaz de responder às necessidades da criação artística. As consequências deste subfinanciamento, associadas a uma situação marcada por muitos anos em que se adiaram as medidas necessárias a assegurar uma maior protecção social dos profissionais do sector da cultura, têm ficado claras no contexto da crise sanitária provocada pela covid-19 que estamos a viver, que tem colocado estes profissionais numa situação social muito difícil, a que o Governo não tem dado resposta adequada.

Sem prejuízo de serem necessárias medidas extraordinárias de protecção social no contexto de crise que estamos a viver e de serem necessárias um conjunto de alterações legislativas que combatam a precariedade no sector da cultura, é urgente que neste Orçamento do Estado se assegure a atribuição de 1% do orçamento para o sector da cultura, de modo a que possa existir uma acção capaz de responder às necessidades de criação artística.

Neste Orçamento do Estado ao nível da cultura (sem incluir a RTP) atribuem-se mais 48.5 milhões de euros, o que significa um aumento de 12,8% face ao ano passado e um total de 313,1 milhões de euros. Estes valores representam apenas 0,21% da despesa total consolidada da Administração Central, ficando muito aquém da proposta de conseguir 1% de despesa para a cultura, defendida pelo PAN, e da promessa do Governo de chegar aos 2% até ao final da legislatura.

Deste modo, com a presente proposta, o PAN pretende assegurar que o Orçamento do Estado de 2021 atribui 1% para a cultura, de modo a permitir assegurar as respostas de protecção social necessárias no contexto de crise sanitária, mas também a permitir que o sector da cultura possa finalmente ser encarada como um eixo estratégico da acção governativa.



Palácio de São Bento, 9 de novembro de 2020.

As Deputadas e o Deputado,

André Silva

Bebiana Cunha

Inês de Sousa Real